

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1501168 - RS (2019/0133998-0)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**

**AGRAVANTE : OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

**ADVOGADOS : LUIZ AUGUSTO MOOJEN DA SILVEIRA E OUTRO(S) - RS047694**

**CIRA HELENA PARSO DA CRUZ GUIDO - RS062395**

**LUCIANA RODRIGUES FIALHO DE SOUZA - RS074531A**

**BRUNA ROITMAN IASNOGRODSKI - RS068475**

**MARIA CAROLINA RÜBESAM GOULART - RS088215**

**JULIANA MACIEL RODRIGUES - RS104729**

**AGRAVADO : ONILDA MENDES BRASIL**

**ADVOGADO : VILSO PIAS E OUTRO(S) - RS046192**

## **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OI S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. APRECIÇÃO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES DA LIDE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. TRÂNSITO EM JULGADO DA IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ. ILEGALIDADE AFASTADA. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Inexiste afronta ao art. 1.022 do CPC/2015 quando o acórdão recorrido analisou todas as questões pertinentes para a solução da lide, pronunciando-se, de forma clara e suficiente, sobre a controvérsia estabelecida nos autos.

2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7/STJ).

3. No caso, o Tribunal de origem, com base nos elementos de prova dos autos, afastou a ilegalidade da autorização do levantamento dos valores pela parte agravada, pois a impugnação ao cumprimento de sentença transitou em julgado antes do deferimento da recuperação judicial. Rever esse entendimento demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, vedado em sede de recurso especial.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

## **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Marco Buzzi votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 25 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Antonio Carlos Ferreira  
Relator

